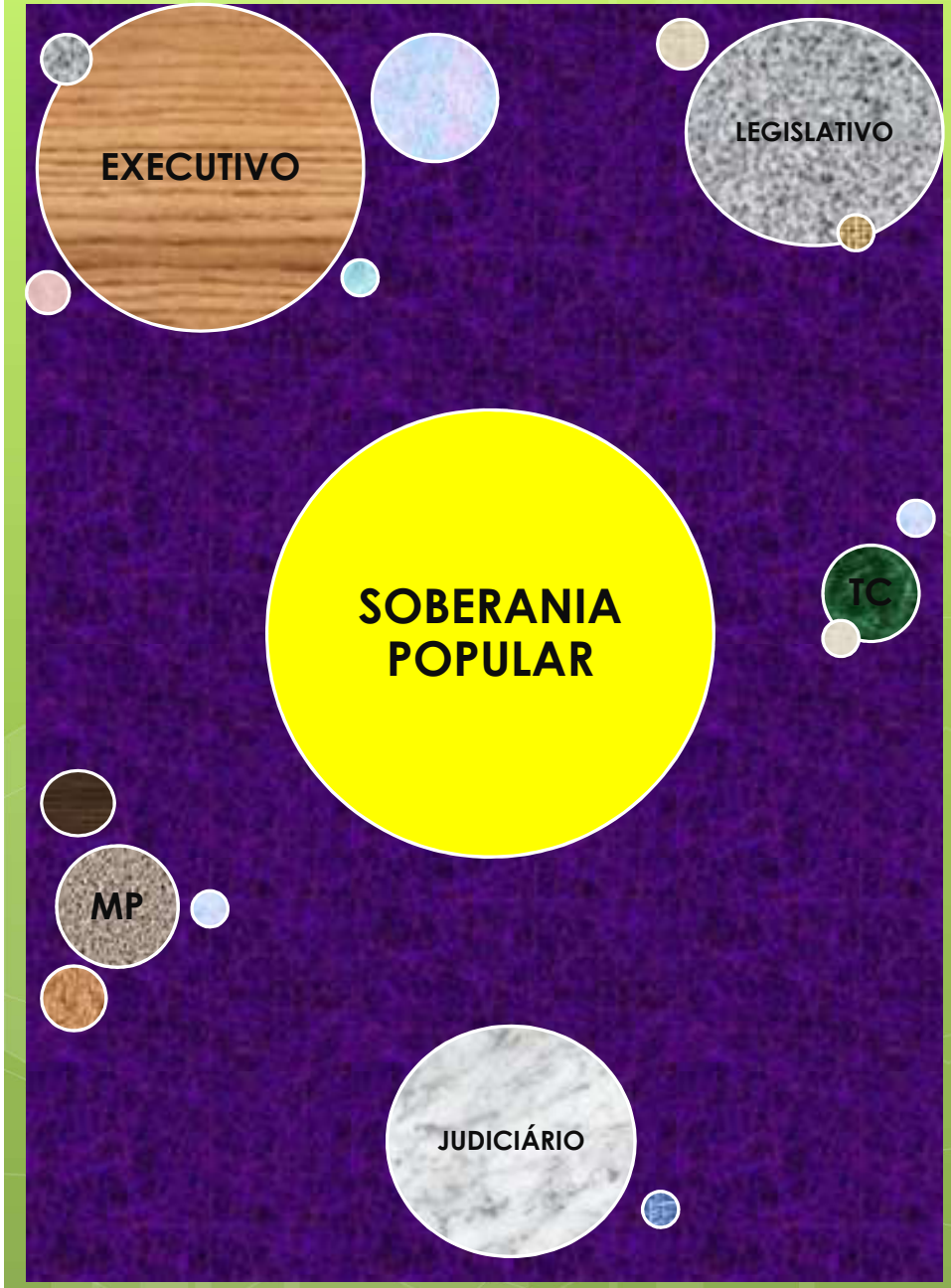


CONTROLE DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Uma abordagem sobre a topologia aplicada ao controle interno



CONTROLE COMO SISTEMA: CRONOLOGIA

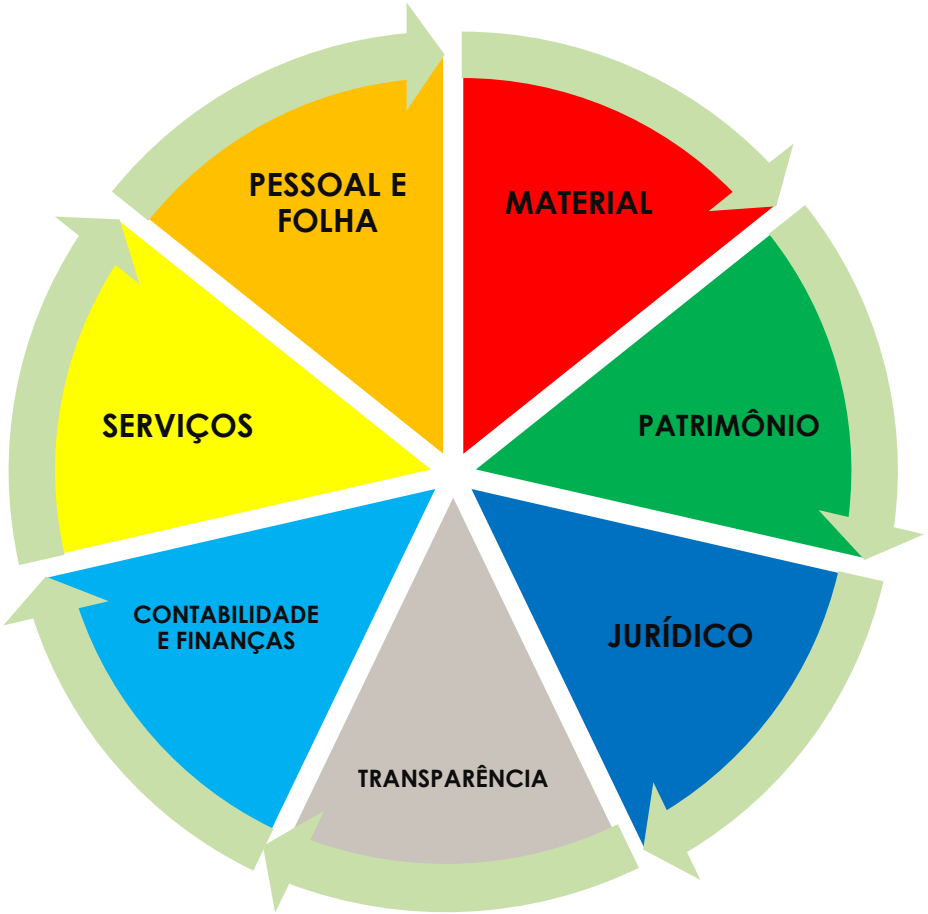
Linha do tempo





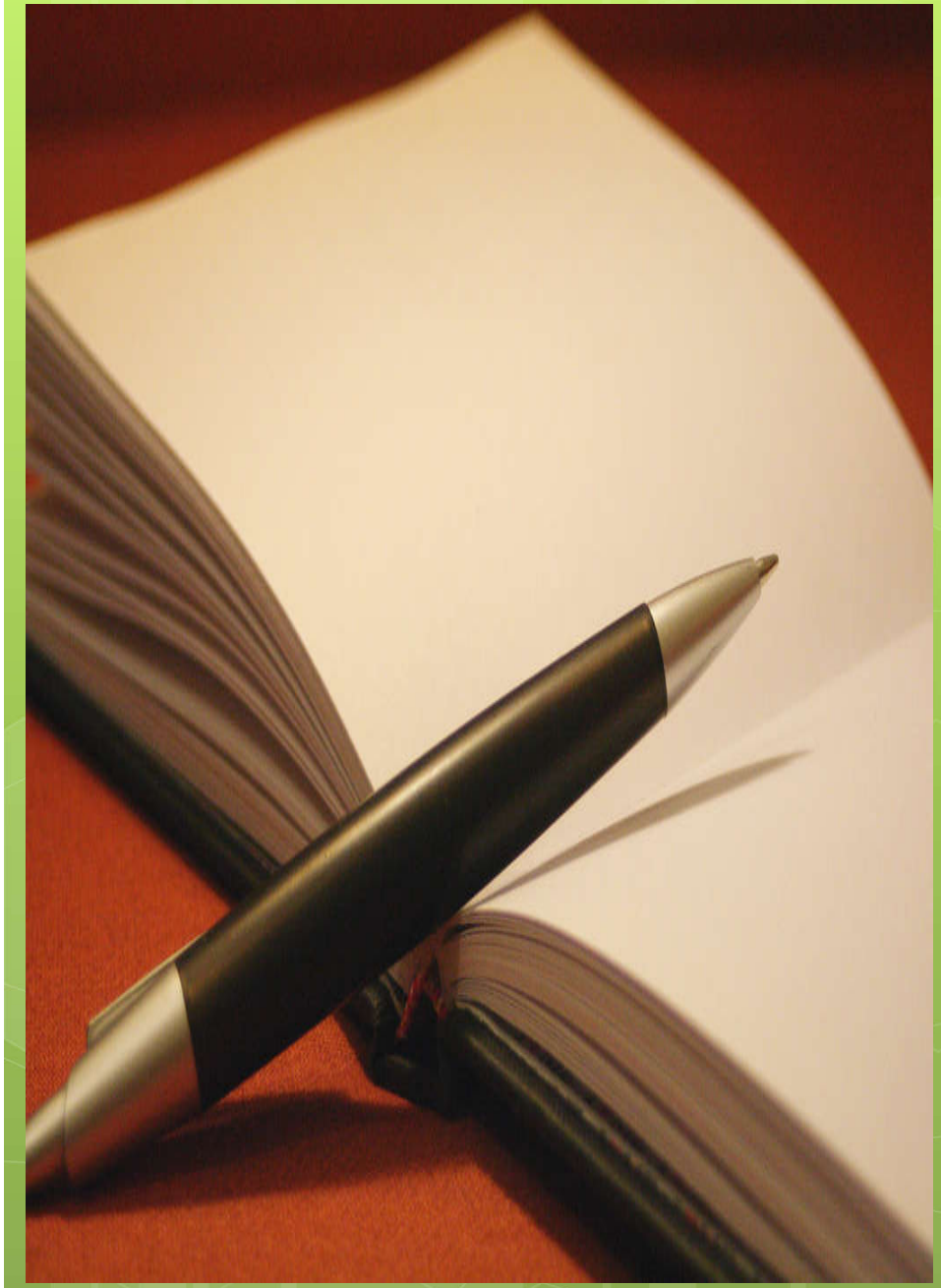
CONTROLE INTERNO E GESTÃO: ELEMENTOS DA MODERNA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

Controle e gestão



Tópicos de gestão previdenciária

- Atualização dos dados cadastrais relativos a segurados e dependentes: recenseamento previdenciário (controle de pessoal)
- Avaliação pericial (controle de pessoal)
- Cálculo e implantação do benefício (controle de folha)
- Aplicação das diretrizes constitucionais e legais para revisão e/ou reajuste do benefício (controle de folha)
- Acompanhamento sobre acumulações de benefícios e/ou destes com remunerações decorrentes da ocupação de cargos (controle de folha)
- Aferição de regularidade do vínculo (controle jurídico)
- Análise dos requisitos para a concessão do benefício (controle jurídico)
- Acompanhamento das decisões do Tribunal de Contas (controle jurídico)
- Atualização da base contributiva (controle financeiro)
- Acompanhamento dos repasses das contribuições previdenciárias (controle financeiro)
- Acompanhamento das receitas decorrentes da compensação previdenciária, de aplicações e rendas patrimoniais (controle financeiro)
- Acompanhamento das despesas com a administração do fundo previdenciário (controle financeiro)
- Registro contábil individualizado das receitas por contribuinte (controle das contas)
- Escrituração dos bens, direitos e ativos do fundo previdenciário , bem como das despesas com a administração e com o pagamento dos benefícios(controle das contas)
- Esclarecimento do segurado ou dependente a respeito dos seus direitos e possibilidades concessivas (controle da transparência)
- Comunicação ao Tribunal de Contas sobre a concessão ou revisão do benefício, para fins de registro (controle da transparência)
- Promoção do acesso dos segurados às informações pertinentes à gestão do regime e ao processo de tomada de decisões de seu interesse (controle da transparência)
- Divulgação periódica, em meios de acesso amplo (inclusive de transmissão eletrônica de dados), das receitas e despesas previdenciárias, bem como das metodologias adotadas para a manutenção dos equilíbrios financeiro e atuarial (controle da transparência)



RESOLUÇÃO Nº 08/12 – TC

Aposentadoria

- Requerimento/encaminhamento do benefício
- Declaração de ciência do segurado quanto à diminuição da renda, quando pertinente
- Qualificação do segurado
- Dados para localização do segurado
- Documento comprovante da idade
- Laudo médico oficial, quando pertinente
- Histórico funcional do segurado
- Declaração do segurado, negativa de acumulação ilícita com remuneração e/ou benefício
- Documento comprovante da inexistência de pendência disciplinar, quando pertinente
- Mapa do tempo de contribuição
- Comprovação da comunicação ao órgão gestor previdenciário de origem, quando pertinente, a respeito da computação do tempo de contribuição respectivo, para fins de concessão do benefício
- Comprovação de implemento de situação específica para a concessão de aposentadoria especial, quando pertinente
- Comprovação da incorporação de vantagens pessoais à remuneração, quando pertinente
- Comprovação de decisão judicial garantidora de situação jurídica consolidada, quando pertinente
- Parecer assinado por assessor jurídico efetivo
- Ato concessivo assinado pelo titular do órgão e/ou gestor do fundo previdenciário
- Comprovação da publicação do ato concessivo em meio oficial de divulgação
- Comprovação do óbito ocorrido após a vigência do benefício, quando pertinente
- Comprovantes das remunerações de contribuição, quando pertinentes
- Planilha demonstrativa do cálculo do benefício
- Fichas financeiras relativas à última remuneração na ativa, ao primeiro e ao último dos meses após a implantação do benefício
- Certidão de regularidade emitida pelo controle interno

Pensão

- Requerimento do beneficiário
- Documentos pessoais do beneficiário
- Certidão de óbito do instituidor da pensão
- Prova da condição de dependente em relação ao beneficiário
- Comprovação de decisão judicial garantidora de situação jurídica consolidada, quando pertinente
- Dados para localização do beneficiário
- Laudo médico oficial, quando pertinente
- Declaração do beneficiário, negativa de acumulação ilícita de outra pensão
- Cópia do ato aposentador, com a respectiva data da vigência do benefício, quando pertinente
- Demonstrativo do último valor de remuneração/benefício percebido pelo instituidor antes do óbito
- Parecer assinado por assessor jurídico efetivo
- Planilha demonstrativa do cálculo do benefício e respectivo rateio
- Ato concessivo assinado pelo titular do órgão e/ou gestor do fundo previdenciário
- Comprovação da publicação do ato concessivo em meio oficial de divulgação
- Certidão de regularidade emitida pelo controle interno

Revisão de benefício

- Requerimento/ato de ofício motivado
- Dados para localização do segurado/dependente
- Laudo médico oficial, quando pertinente
- Comprovação de decisão judicial garantidora de situação jurídica consolidada, quando pertinente
- Autos relativos à concessão do benefício original devidamente apensados
- Parecer assinado por assessor jurídico efetivo
- Ato concessivo assinado pelo titular do órgão e/ou gestor do fundo previdenciário
- Comprovação da publicação do ato concessivo em meio oficial de divulgação
- Planilha demonstrativa do cálculo do benefício
- Fichas financeiras relativas ao último valor do benefício, anterior à revisão, ao primeiro e ao último dos meses após a implantação da revisão
- Certidão de regularidade emitida pelo controle interno

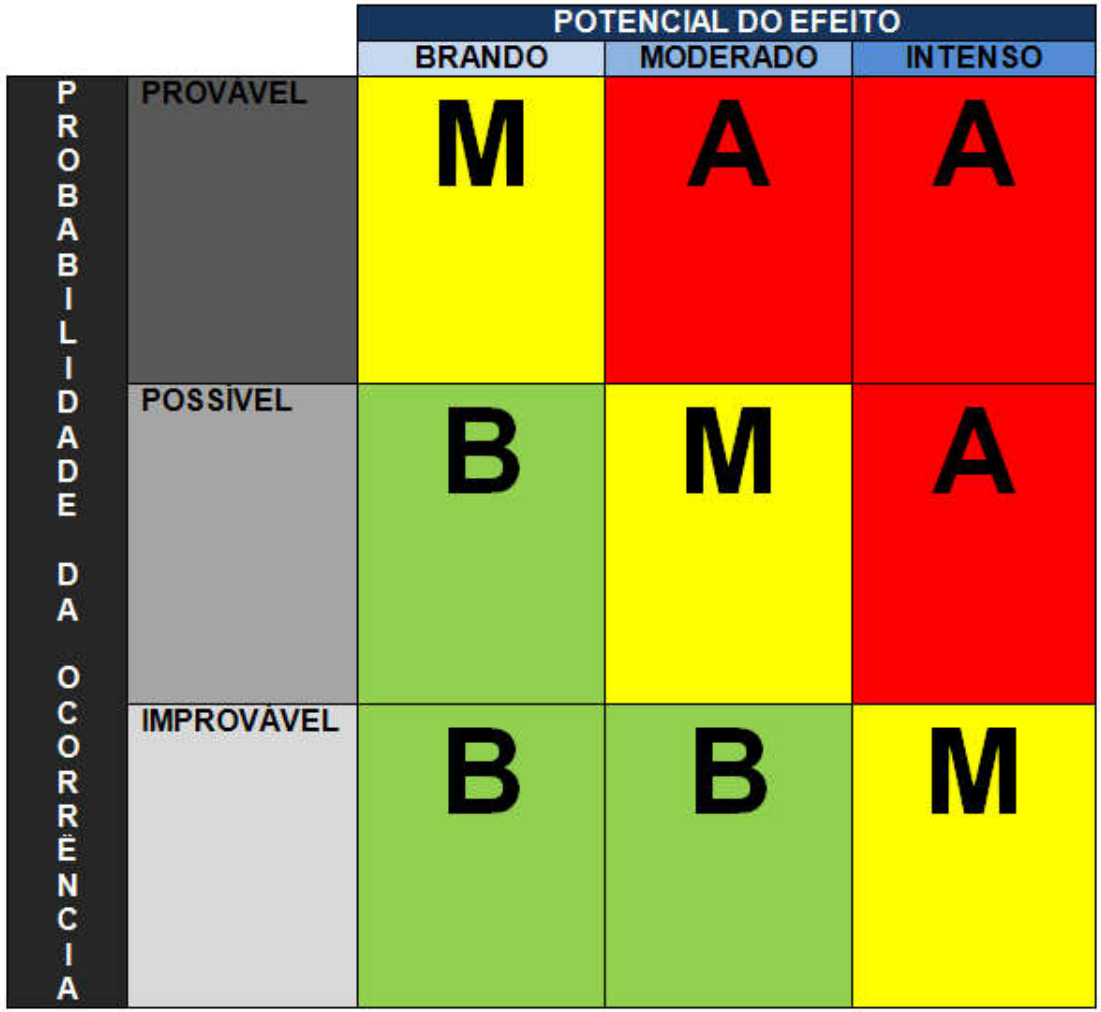


AUDITORIA INTERNA: FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO

Glossário

- *Accountability*
- Achado de auditoria (constatação)
- Auditoria
- Causa (motivo do desvio em relação ao padrão estabelecido)
- Condição (situação de fato)
- Conduta
- Conformidade
- Critério de auditoria (situação ideal)
- Efeito potencial (risco)
- Efeito real
- Efetividade
- Eficácia
- Eficiência
- Escopo da auditoria
- Evidência
- Materialidade
- Matriz
- Objetivo da auditoria
- Objeto da auditoria
- Proposta de encaminhamento
- Questão de auditoria
- Relevância

Controle dos riscos



Planejamento da fiscalização

ESCOPO DA AUDITORIA	CRITERIOS DE AUDITORIA	QUESTOES DE AUDITORIA	POSSIVEIS ACHADOS	FONTES DAS INFORMAÇOES	TECNICAS PARA A OBTENÇAO DAS EVIDÊNCIAS
E1	C1	Q1	A1	F2, F7, F13, F14, F15	T3, T5, T6
			A2		
		Q2	A3		
			A4		
		Q3	A5		
			A6		
	C2	Q4	A7	F2, F14, F15, F16	T5, T6
			A8		
E2	C3	Q5	A9	F7, F12, F15	T2, T3, T4, T5, T6
	C4	Q6	A10	F2, F12, F14, F15	T2, T4, T5, T6
		Q7	A11		
		Q8	A12		
		Q9	A13		
	C5	Q10	A14	F12	T2, T4, T5
	C6	Q11	A15	F2, F7, F12, F15	T2, T3, T4, T5, T6
	C7	Q12	A16	F7, F12	T2, T3, T4, T5
E3	C8	Q13	A17	F2, F7, F12, F14, F15	T2, T3, T4, T5, T6
	C9	Q14	A18	F2, F14	T5, T6
	C10	Q15	A19	F2, F12	T2, T4, T5, T6
	C11	Q16	A20	F6, F8, F9, F11, F14	T3, T5, T6
E4	C12	Q17	A21	F5, F6, F12, F17, F18	T2, T3, T4, T5, T6
		Q18	A21		
E5	C13	Q19	A22	F6, F8, F9, F11, F12, F16	T2, T3, T4, T5, T6
			A23		
	C14	Q20	A19	F2, F3, F12, F16	T2, T4, T5, T6
E6	C15	Q21	A24	F2, F4, F6, F7, F8, F9, F10, F11, F12, F13, F15,	T1, T2, T3, T4, T5, T6
	C16	Q22	A24	F2, F7, F10, F12, F13, F15	T1, T2, T3, T4, T5, T6

Execução da fiscalização



Arranjo esquemático da auditoria





CONTROLE SOBRE A CONCESSÃO E O PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS (ESCOPO 1)

Questões de auditoria (E1)

- Verificar se o benefício foi submetido à apreciação do Tribunal de Contas
- Apurar as causas para a denegação do registro dos benefícios rechaçados após a apreciação do Tribunal de Contas
- Verificar se os benefícios implantados estão adequados aos parâmetros aprovados pelo Tribunal de Contas
- Verificar se existe rotina de computação de tempo de contribuição não devidamente vertida ao regime previdenciário de origem
- Proceder à revisão da folha de benefícios, a fim de perscrutar rubricas passíveis de cancelamento (morte, reabilitação, perda da condição de dependente, fraude ou qualquer outro motivo)
- Realizar cruzamento de dados da folha de benefícios com as folhas de ativos, a fim de perscrutar evidências de acumulações ilícitas
- Verificar se há rotina estabelecida para a realização de recenseamento previdenciário
- Verificar a efetiva aplicação dos parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 08/12 – TC, na instrução dos processos concessivos de benefícios
- Avaliar e acompanhar a manutenção do grau de assertividade da matriz de cálculo dos benefícios
- Avaliar os níveis de presteza e disponibilidade dos operadores do *software* referente à matriz de cálculo dos benefícios
- Apurar o grau de confiabilidade das informações utilizadas para a elaboração do cálculo do benefício
- Avaliar a adequação das rotinas de trabalho adotadas pela unidade setorial de controle interno, no que pertine à gestão dos benefícios
- Avaliar a operacionalidade das estruturas de suporte administrativo, jurídico, contábil e tecnológico à disposição do fundo previdenciário



CONTROLE SOBRE AS RECEITAS (ESCOPO 2)

Questões de auditoria (E2)

- Verificar a evolução da base contributiva
- Verificar a retenção, o recolhimento e o repasse das contribuições previdenciárias do ente federativo e dos segurados ativos
- Verificar a retenção e o recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de benefícios
- Apurar a ocorrência de parcelamento das contribuições previdenciárias devidas pelo ente federativo e o cumprimento das normas exigíveis para a efetivação do plano de amortização
- Verificar a cobrança das receitas decorrentes da compensação previdenciária
- Verificar a efetividade da cobertura, pelo ente federativo, de eventuais insuficiências financeiras do fundo previdenciário, relacionadas às despesas previdenciárias obrigatórias, de caráter continuado



CONTROLE SOBRE OS INVESTIMENTOS (ESCOPO 3)

Questões de auditoria (E3)

- Verificar a adequação da carteira de investimentos aos limites normativos e às diretrizes aprovadas por instância superior de deliberação e controle, devidamente organizada e efetiva
- Verificar se existe documentação do acompanhamento das operações realizadas nas aplicações de recursos do fundo previdenciário, através de relatórios detalhados de rentabilidade e riscos
- Verificar a existência de avaliação prévia sobre a viabilidade de cada aplicação, com suporte de consultoria adequada
- Observar se existe registro a respeito dos motivos alegados para a realização de operações de aplicação, resgate ou negociação de cotas de fundos de investimento
- Observar o cumprimento aos padrões técnicos e a satisfação dos níveis de prudência necessários para atuar no mercado de investimentos
- Observar a adequação do plano de investimentos às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, sobretudo em relação aos princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, compatibilidade em relação à natureza das suas obrigações e transparência



CONTROLE PATRIMONIAL (ESCOPO 4)

Questões de auditoria (E4)

- Observar a evolução patrimonial do fundo previdenciário, ao longo dos anos
- Observar o nível de liquidez dos ativos financeiros
- Observar se os bens patrimoniais do fundo previdenciário apresentam avaliação compatível com a realidade do mercado
- Verificar se o ativo imobilizado está sendo efetivamente aproveitado para a geração de renda patrimonial
- Observar a existência de parâmetros claros para a aplicação de recursos em investimentos no mercado imobiliário



CONTROLE SOBRE AS CONTAS (ESCOPO 5)

Questões de auditoria (E5)

- Observar se há registro contábil individualizado das receitas por contribuinte
- Observar se ocorre a devida escrituração dos bens, direitos e ativos do fundo previdenciário, bem como das despesas com a administração e com o pagamento dos benefícios
- Observar se ocorre a devida escrituração das provisões relacionadas ao plano de amortização do *deficit* atuarial
- Observar se o registro orçamentário do fundo previdenciário está adequado às regras da contabilidade, com a escrituração das fontes de recursos específicas do regime próprio
- Observar a existência de contas distintas para a movimentação dos recursos do regime próprio e para depósito dos aportes financeiros destinados à cobertura do *deficit* atuarial



CONTROLE FINANCEIRO (ESCOPO 6)

Questões de auditoria (E6)

- Verificar se a unidade setorial de controle interno apresenta-se normativamente organizada, materialmente estruturada e efetivamente atuante e independente
- Verificar se os gastos com as despesas administrativas do fundo previdenciário observam os limites estabelecidos para a respectiva taxa de administração
- Verificar se as funções de natureza permanente e as atividades finalísticas do fundo previdenciário estão sendo exercidas por pessoal nomeado em caráter efetivo
- Observar se há manutenção do equilíbrio entre o montante das receitas arrecadadas e as despesas com o pagamento dos benefícios e a administração do fundo previdenciário, ao longo dos anos
- Observar a capacidade de formação de reservas (capitalização do regime), ao longo dos anos



CONTROLE ATUARIAL (ESCOPO 7)

Questões de auditoria (E7)

- Observar se a administração do fundo previdenciário realiza avaliação atuarial anual, por profissional devidamente habilitado
- Verificar a existência de padronização quanto aos resultados da avaliação dos critérios e observação das premissas utilizados para o cálculo atuarial, com tendência a alcançar o equilíbrio atuarial
- Apurar o nível de confiabilidade das informações disponíveis na base cadastral do órgão gestor previdenciário
- Verificar se as alíquotas definidas no plano de custeio satisfazem as necessidades de cobertura adequadas à manutenção do equilíbrio atuarial
- Verificar se o plano de amortização contempla itens de segurança e viabilidade financeira, orçamentária e fiscal, com redução anual do montante principal, no caso de constatação de *deficit* atuarial
- Verificar a proporção entre os segurados ativos e os beneficiários do regime previdenciário, bem como o nível de reposição da base contributiva ao longo dos anos



CONTROLE DA TRANSPARÊNCIA (ESCOPO 8)

Questões de auditoria (E8)

- Avaliar a operacionalidade das estruturas de suporte administrativo disponíveis para orientar os segurados e dependentes a respeito dos seus direitos e obrigações
- Avaliar a qualidade das informações disponíveis aos segurados, dependentes e público em geral, a respeito da gestão do regime
- Verificar se os benefícios concedidos estão sendo devidamente publicados e comunicados ao Tribunal de Contas
- Verificar as rotinas e os critérios de divulgação das receitas e despesas previdenciárias, bem como das metodologias adotadas para a manutenção dos equilíbrios financeiro e atuarial